

André Carlos

Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Professor de Direito Penal da EMERJ

Professor de Direitos Humanos da Academia

de Polícia Militar D. João VI

Reis Friede

Desembargador Federal e ex-Membro do Ministério Público

Mestre e Doutor em Direito Público

Palestrante da Escola Superior de Guerra, da Escola de Comando e Estado-Maior

da Aeronáutica e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Teoria Geral do Delito

Primeiras Lições

2ª Edição



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2015 by André Carlos e Reis Friede

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Capa/Diagramação: *Neilton Lima*

Revisão de Texto: *Jota Teixeira*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C28t

Carlos, André

Teoria geral do delito : primeiras lições / André Carlos,
Reis Friede. 2. ed. — Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2015.

370 p. ; 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7987-206-8

1. Direito penal. 2. Delito. I. Friede , Reis. II. Título.

CDD- 345.02



Freitas Bastos Editora

Tel./Fax: (21) 2276-4500
freitasbastos@freitasbastos.com
vendas@freitasbastos.com
www.freitasbastos.com

Sumário



Apresentação	V
--------------------	---

Capítulo I – Introdução ao Direito Penal

1. Definição de Direito Penal	1
2. Caracteres do Direito Penal	1
2.1. Científico	1
2.2. Positivo	2
2.3. Sancionador/constitutivo	2
2.4. Valorativo	3
2.5. Cultural	3
2.6. Finalista	4
2.7. Dogmático	4
2.8. Direito Público	4
3. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo	5
4. Direito Penal Comum e Direito Penal Especial	5
5. Direito Penal Substantivo e Direito Penal Adjetivo	5
6. Direito Penal Fundamental e Direito Penal Complementar	6
7. Direito Penal do Fato e Direito Penal do Autor	6
8. Direito Penal do Cidadão e Direito Penal do Inimigo	7
9. Funções do Direito Penal	9
9.1. Função de proteção	9
9.2. Função de garantia	10
9.3. Função de controle	10
9.4. Função motivadora	11
9.5. Função simbólica	11

Capítulo II – Fontes do Direito Penal

1. Definição	13
2. Classificação	13
2.1. Fonte de produção (material ou substancial)	13

2.2. Fonte formal (de cognição ou conhecimento)	13
2.2.1. Fonte formal imediata (primária ou direta)	13
2.2.2. Fontes formais mediatas (secundárias ou indiretas)	14
2.2.2.1. Costume jurídico	15
2.2.2.2. Princípios gerais do Direito	16
2.2.2.3. Analogia	16
2.2.2.4. Jurisprudência	18
2.2.2.5. Doutrina	18

Capítulo III – Norma Penal

1. Definição	19
2. Classificação	20
2.1. Norma penal incriminadora	20
2.2. Norma penal não incriminadora	21
2.2.1. Norma penal permissiva	21
2.2.1.1. Norma penal permissiva justificante	21
2.2.1.2. Norma penal permissiva exculpante	21
2.2.2. Norma penal explicativa	21
2.2.3. Norma penal complementar	21
3. Norma penal em branco	22
3.1. Definição	22
3.2. Classificação	22
3.2.1. Norma penal em branco em sentido lato (ou homogênea)	22
3.2.2. Norma penal em branco em sentido estrito (ou heterogênea)	22
4. Conflito (ou concurso) aparente de normas penais	23
4.1. Definição	23
4.2. Princípios solucionadores	23
4.2.1. Princípio da consunção (ou da absorção)	24
4.2.2. Princípio da especialidade	25
4.2.3. Princípio da subsidiariedade	26
4.2.3.1. Princípio da subsidiariedade expressa (ou explícita)	27
4.2.3.2. Princípio da subsidiariedade implícita (ou tácita)	27
4.2.4. Princípio da alternatividade	28

Capítulo IV – Interpretação da Lei Penal

1. Definição e importância	29
2. Espécies	29
2.1. Quanto ao sujeito	30
2.1.1. Interpretação autêntica (ou legislativa)	30
2.1.2. Interpretação doutrinária (ou científica)	31
2.1.3. Interpretação judicial (ou jurisprudencial)	31
2.2. Quanto aos meios	32
2.2.1. Interpretação gramatical (literal ou filológica)	32

2.2.2. Interpretação lógica (ou racional)	32
2.2.3. Interpretação sistemática	33
2.2.4. Interpretação histórica	34
2.2.5. Interpretação teleológica (ou sociológica)	35
2.3. Quanto ao resultado	35
2.3.1. Interpretação declarativa (ou enunciativa)	35
2.3.2. Interpretação restritiva	36
2.3.3. Interpretação extensiva	36
3. Analogia, interpretação analógica e interpretação extensiva	36

Capítulo V – Princípios Fundamentais do Direito Penal

1. Princípio da legalidade penal	39
1.1. Importância	39
1.2. Aspectos históricos	40
1.3. Implicações	41
1.3.1. Lei penal precisa e certa	41
1.3.2. Não cabimento de medida provisória	43
1.3.3. Não cabimento de analogia <i>in malam partem</i>	43
1.3.4. Não cabimento de infrações penais criadas por costume jurídico ...	43
1.4. Legalidade penal e medida de segurança	44
1.5. Legalidade penal e norma penal em branco	46
2. Princípio da anterioridade da lei penal	47
3. Princípio da intervenção mínima	47
4. Princípio da fragmentariedade	48
5. Princípio da subsidiariedade	49
6. Princípio da ofensividade	49
7. Princípio da lesividade	49
8. Princípio da insignificância (ou da bagatela)	50
9. Princípio da adequação social	51
10. Princípio da culpabilidade	52
11. Princípio da humanidade das penas	52
12. Princípio da proporcionalidade da pena	53
13. Princípio da personalidade da pena (ou da intranscendência)	54

Capítulo VI – Lei Penal no Tempo

1. Considerações iniciais	55
2. Conflitos de leis penais no tempo	56
2.1. Definição	56
2.2. Espécies	56
2.2.1. <i>Novatio legis incriminadora</i>	56
2.2.2. <i>Novatio legis in pejus</i>	56
2.2.3. <i>Novatio legis in melius</i>	58

2.2.4. <i>Abolitio criminis</i>	60
2.2.4.1. <i>Abolitio criminis</i> e continuidade normativo-típica	61
2.2.4.2. <i>Abolitio criminis</i> e norma penal em branco	61
3. Lei penal mais benéfica e <i>vacatio legis</i>	62
4. Apuração da maior benignidade de uma lei	63
5. Combinação de leis penais em conflito	64
6. Novo entendimento jurisprudencial e retroatividade	66
7. Lei excepcional e lei temporária	68
7.1. Considerações iniciais	68
7.2. Definições	69
7.3. Características	69
7.3.1. Ultratividade	69
7.3.2. Autorrevogação	71
8. Tempo do crime	71
8.1. Teoria da atividade	71
8.2. Teoria da atividade e crimes plurissubsistentes, permanentes, omissivos e crime continuado	72

Capítulo VII – Lei Penal no Espaço

1. Considerações iniciais	75
2. Conceito de território	75
2.1. Conceito jurídico	76
2.2. Conceito geográfico	76
2.3. Conceito ficto	76
3. Princípio da territorialidade temperada	77
4. Imunidades diplomáticas	78
4.1. Definição	78
4.2. Natureza jurídica	78
4.3. Providências diante de fato delituoso praticado por diplomata	79
4.4. Inviolabilidade da embaixada	81
5. Privilégios consulares	82
6. Lugar do crime	82
6.1. Considerações iniciais e teorias	82
6.2. Aplicabilidade da teoria da ubiquidade	83
7. Extraterritorialidade	85
7.1. Definição	85
7.2. Espécies	85
7.2.1. Extraterritorialidade incondicionada	85
7.2.1.1. Hipóteses e princípios inerentes	86
7.2.2. Extraterritorialidade condicionada	88
7.2.2.1. Hipóteses e princípios inerentes	88
7.2.2.2. Condições	89
7.3. Extraterritorialidade no Direito Penal Militar	90

7.4. Extraterritorialidade na Lei de Tortura	91
8. Pena cumprida no estrangeiro	92
8.1. Considerações iniciais	92
8.2. Diversidade quantitativa e diversidade qualitativa	92
9. Eficácia de sentença estrangeira	93
9.1. Considerações iniciais	93
9.2. Hipóteses de homologação de sentença estrangeira	94
9.3. Homologação de sentença estrangeira e medida de segurança	94
9.4. Competência para homologação de sentença estrangeira	95
9.5. Desnecessidade de homologação de sentença estrangeira	95
10. Contagem do prazo	96
10.1. Prazo penal	96
10.2. Prazo processual penal	97
11. Frações não computáveis na pena	97
12. Legislação especial	98

Capítulo VIII – Conceito de Crime

1. Considerações iniciais	101
2. Distinção entre crime e contravenção penal	102
3. Conceito de crime	104
4. Sujeitos da infração penal	105
4.1. Sujeito ativo	105
4.2. Sujeito passivo	105
4.2.1. Sujeito passivo constante (ou formal)	105
4.2.2. Sujeito passivo eventual (ou material).....	106
4.3. Distinção entre sujeito passivo e prejudicado pelo crime	107
5. Objetos do delito	108
5.1. Objeto jurídico	108
5.2. Objeto material	108
6. Título do delito	108

Capítulo IX – Classificação Doutrinária dos Crimes

1. Crime comissivo, crime omissivo próprio (ou puro) e crime omissivo impróprio (impuro ou comissivo por omissão)	111
2. Crime instantâneo, crime permanente e crime instantâneo de efeito permanente	112
3. Crime material, crime formal (ou de consumação antecipada) e crime de mera conduta (ou de mera atividade)	113
4. Crime monossubjetivo (ou de concurso eventual) e crime plurissubjetivo (ou de concurso necessário).....	114
5. Crime unissubsistente e crime plurissubsistente	114

6. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria (ou de atuação pessoal)	115
7. Crime de ação única e crime de ação múltipla (de tipo misto alternativo ou de conteúdo variado)	115
8. Crime de única subjetividade passiva e crime de dupla subjetividade passiva	116
9. Crime de dano e crime de perigo	116
9.1. Crime de dano	116
9.2. Crime de perigo	116
9.2.1. Crime de perigo abstrato (ou presumido)	116
9.2.2. Crime de perigo concreto	117
9.2.3. Crime de perigo individual	118
9.2.4. Crime de perigo abstrato (ou presumido)	118
10. Crime consumado, crime tentado e crime exaurido	118
11. Crime principal e crime acessório	119
12. Crime simples, crime privilegiado e crime qualificado	119
13. Crime de ação livre e crime de ação vinculada	119
14. Crime mono-ofensivo e crime pluriofensivo	120
15. Crime à distância (ou de espaço máximo) e crime plurilocal	120
16. Crime preterdoloso (ou preterintencional)	120
17. Crime vago	121
18. Crime falho	121
19. Crime putativo (ou imaginário)	121
19.1. Crime putativo por erro de tipo	121
19.2. Crime putativo por erro de proibição	121
19.3. Crime putativo por obra do agente provocador (crime de ensaio ou de experiência)	121
20. Crime habitual e crime profissional	122
21. Crime continuado	122
22. Crime subsidiário	123
23. Crime progressivo (ou de passagem)	123
24. Crime de opinião	123
25. Crime de ímpeto (ou de curto-circuito)	123
26. Crime de ação violenta	124
27. Crime de ação astuciosa	124
28. Crime hediondo	124
29. Crime equiparado ao hediondo	124
30. Crime falimentar	124
31. Crime político	125
32. Crime de responsabilidade	125
33. Crime multitudinário	127
34. Crime remetido	127
35. Crime de atentado (ou de empreendimento)	127

36. Crime a prazo	128
37. Crime de trânsito (ou de circulação) e crime em trânsito	128
38. Crime impossível (quase crime, tentativa inidônea ou tentativa inútil)	129
39. Crime de imprensa	129
40. Crime de ação penal pública e crime de ação penal privada	129
40.1. Crime de ação penal pública	129
40.1.1. Crime de ação penal pública incondicionada	129
40.1.2. Crime de ação penal pública condicionada	129
40.2. Crime de ação penal privada	130
40.2.1. Crime de ação penal exclusivamente privada	130
40.2.2. Crime de ação penal privada personalíssima	130
41. Crime transeunte e crime não transeunte	130
42. Crime gratuito e crime por motivo fútil	130
43. Crime militar	130
44. Crime organizado	131

Capítulo X – Fato Típico

1. Definição e elementos	133
--------------------------------	-----

Capítulo XI – Conduta

1. Considerações iniciais	135
2. Elementos	136
3. Ausência de conduta	136
3.1. Estados de inconsciência	136
3.2. Movimentos reflexos	136
3.3. Coação física irresistível	137
4. Espécies de conduta	137
4.1. Ação	137
4.2. Omissão	138
5. O debate em torno da responsabilização penal da pessoa jurídica	138
5.1. Argumentos favoráveis	138
5.2. Argumentos contrários	139
6. Evolução do conceito de conduta	140
6.1. Conceito pré-clássico de conduta	140
6.2. Conceito de conduta no sistema clássico (ou causal-naturalista)	140
6.3. Conceito de conduta no sistema neoclássico (ou neokantiano)	143
6.4. Conceito de conduta no sistema finalista	144
6.5. Conceito de conduta na teoria social da ação	146
6.6. Conceito de conduta no sistema funcionalista	148
6.6.1. Funcionalismo racional-teleológico	148
6.6.2. Funcionalismo radical-sistêmico	150

Capítulo XII – Tipo Penal

1. Definição	153
2. Preceitos	154
3. Núcleo	154
4. Elementos estruturais	154
4.1. Elementos objetivos	154
4.2. Elemento subjetivo	155
4.3. Elementos normativos	155
5. Evolução do conceito de tipo	155
5.1. Fase do tipo independente	155
5.2. Fase da <i>ratio cognoscendi</i>	156
5.3. Fase da <i>ratio essendi</i>	157
5.4. Fase atual	158
6. Classificação	158
6.1. Tipo objetivo e tipo subjetivo	158
6.2. Tipo normal e tipo anormal	159
6.3. Tipo básico (ou fundamental) e tipo derivado	159
6.4. Tipo fechado e tipo aberto	159
6.5. Tipo congruente e tipo incongruente	160
6.6. Tipo simples e tipo composto	161
6.7. Tipo comissivo, tipo omissivo próprio e tipo omissivo impróprio ...	161
7. Distinção entre elementar e circunstância do tipo	162
8. Distinção entre circunstância qualificadora e causa de aumento de pena	163
9. Tipicidade	163
9.1. Definição	163
9.2. Espécies	164
9.2.1. Tipicidade formal	164
9.2.2. Tipicidade material	164
9.2.2.1. Tipicidade material e princípio da insignificância (ou da bagatela)	165
9.2.2.2. Tipicidade material e princípio da adequação social	167
9.2.3. Tipicidade conglobante	168
9.3. Adequação típica	169
9.3.1. Adequação típica direta (ou imediata)	169
9.3.2. Adequação típica indireta (ou mediata)	170

Capítulo XIII – Tipo Doloso

1. Dolo como elemento implícito do tipo	173
2. Definição	173
3. Elementos	173
3.1. Consciência	173
3.2. Vontade	176
4. Fases	176

4.1. Fase interna	176
4.2. Fase externa	176
5. Espécies	176
5.1. Dolo direto (determinado ou imediato)	177
5.1.1. Dolo direto de 1º grau	177
5.1.2. Dolo direto de 2º grau	177
5.2. Dolo indireto (indeterminado ou mediato)	177
5.2.1. Dolo eventual	177
5.2.2. Dolo alternativo	178
5.3. Dolo de dano	178
5.4. Dolo de perigo	179
5.5. Dolo normativo	179
5.6. Dolo natural	179
5.7. Dolo geral (erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i>)	179
6. Principais teorias a respeito do conteúdo do dolo	180
6.1. Teoria da vontade	180
6.2. Teoria da representação	180
6.3. Teoria do consentimento (ou do assentimento)	181
6.4. Teoria da probabilidade	181
7. Dolo e fixação de pena	181

Capítulo XIV – Tipo Culposo

1. Considerações iniciais	183
2. Excepcionalidade do tipo culposo	183
3. Tipicidade aberta	184
4. Definição de culpa	184
5. Elementos do tipo culposo	185
5.1. Conduta	185
5.2. Violação do dever objetivo de cuidado	185
5.3. Resultado lesivo	185
5.4. Nexo de causalidade	186
5.5. Previsibilidade objetiva	186
6. Imprudência, negligência e imperícia	188
7. Espécies	188
7.1. Culpa inconsciente	188
7.2. Culpa consciente	188
7.3. Culpa própria (ou propriamente dita)	189
7.4. Culpa imprópria (por extensão ou assimilação)	189
8. Concorrência de culpas	189
9. Compensação de culpas	190

Capítulo XV – Crime Qualificado pelo Resultado

1. Definição	191
2. Espécies	191

2.1. Crime qualificado pelo resultado com dolo na conduta e no resultado	191
2.2. Crime qualificado pelo resultado com culpa na conduta e no resultado	192
2.3. Crime qualificado pelo resultado com dolo na conduta e culpa no resultado	192
3. Importância do art. 19 do CP à luz do princípio da culpabilidade	193

Capítulo XVI – Erro de Tipo

1. Definição de erro	195
2. Erro de tipo	195
2.1. Definição	195
2.2. Espécies	195
2.2.1. Erro de tipo essencial	196
2.2.1.1. Definição	196
2.2.1.2. Espécies	196
2.2.1.2.1. Erro de tipo vencível, inescusável ou evitável	196
2.2.1.2.2. Erro de tipo invencível, escusável ou inevitável	197
2.2.1.3. Consequências jurídicas	197
2.2.2. Erro de tipo accidental	197
2.2.2.1. Definição	197
2.2.2.2. Espécies	197
2.2.2.2.1. Erro sobre o objeto	197
2.2.2.2.2. Erro sobre a pessoa	198
2.2.2.2.3. Erro na execução (ou <i>aberratio ictus</i>)	198
2.2.2.2.4. Resultado diverso do pretendido (ou <i>aberratio criminis</i>)	199
2.2.2.2.5. <i>Aberratio causae</i> (dolo geral ou erro sucessivo)	199
3. Discriminantes putativas	200
3.1. Definição	200
3.2. Espécies e natureza jurídica do erro nas discriminantes putativas	200
3.2.1. Discriminantes putativas por erro de tipo (ou erro de tipo permissivo)	200
3.2.2. Discriminantes putativas por erro de proibição (ou erro de proibição indireto)	201
3.2.3. A controvérsia sobre a natureza jurídica do erro nas discriminantes putativas	201
3.2.3.1. Discriminante putativa como erro de proibição	202
3.2.3.2. Discriminante putativa como erro de tipo ou erro de proibição	202
3.2.3.3. Discriminante putativa como erro <i>sui generis</i>	202
4. Delito putativo (ou imaginário)	203
4.1. Definição	203
4.2. Espécies	203
4.2.1. Delito putativo por erro de tipo	203
4.2.2. Delito putativo por erro de proibição	203
4.2.3. Delito putativo por obra do agente provocador	203

Capítulo XVII – Relação de Causalidade

1. Considerações iniciais	205
2. A teoria da equivalência dos antecedentes causais (ou da <i>conditio sine qua non</i>)	206
3. Críticas à teoria da equivalência dos antecedentes causais	208
4. Espécies de causas	209
4.1. Causa absolutamente independente	209
4.1.1. Causa preexistente absolutamente independente	209
4.1.2. Causa concomitante absolutamente independente	210
4.1.3. Causa superveniente absolutamente independente	210
4.2. Causa relativamente independente	210
4.2.1. Causa preexistente relativamente independente	210
4.2.2. Causa concomitante relativamente independente	211
4.2.3. Causa superveniente relativamente independente	211
5. Outras teorias	212
5.1. Teoria da causalidade adequada	212
5.2. Teoria da relevância	213
6. Teoria da imputação objetiva	213
6.1. Considerações iniciais	213
6.2. Teoria da imputação objetiva do resultado no âmbito dos crimes materiais	215
6.2.1. Criação (ou aumento) do risco juridicamente proibido	215
6.2.2. Realização do risco proibido no resultado	218
6.2.3. Resultado abrangido pelo tipo	218
7. Relevância jurídico-penal da omissão	219
7.1. Omissão própria e omissão imprópria	219
7.2. Fontes geradoras da posição de agente garantidor	221
7.2.1. Agente garantidor por dever legal	221
7.2.2. Agente garantidor por fonte distinta da lei	222
7.2.3. Agente garantidor por dever de ingerência	222
7.3. Real possibilidade de agir	222
7.4. Omissão imprópria e legalidade penal	224

Capítulo XVIII – Consumação e Tentativa

1. <i>Iter criminis</i>	227
1.1. Definição	227
1.2. Fases	227
1.2.1. Cogitação (ou <i>cogitatio</i>)	227
1.2.2. Preparação (ou <i>conatus remotus</i>)	227
1.2.3. Execução (ou <i>conatus proximus</i>)	228
1.2.4. Consumação (ou <i>meta optata</i>)	229
2. Crime consumado	229
2.1. Definição	229

2.2. Momento consumativo dos crimes em geral	229
2.2.1. Consumação do crime material (ou de resultado)	229
2.2.2. Consumação do crime formal	229
2.2.3. Consumação do crime de mera conduta	230
2.2.4. Consumação do crime culposo	230
2.2.5. Consumação do crime permanente	230
2.2.6. Consumação do crime omissivo próprio	230
2.2.7. Consumação do crime omissivo impróprio	230
2.2.8. Consumação do crime qualificado pelo resultado	231
3. Tentativa	231
3.1. Definição e natureza jurídica	231
3.2. Requisitos	232
3.2.1. Início de execução	232
3.2.2. Não consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente	232
3.3. Distinção entre ato preparatório e ato de execução	232
3.3.1. Teoria objetivo-formal (teoria formal objetiva ou da ação típica)	232
3.3.2. Teoria objetivo-material (ou teoria da unidade natural)	233
3.3.3. Teoria do plano do autor (ou teoria objetiva individual)	233
3.3.4. Teoria do perigo concreto para o bem jurídico	233
3.4. Espécies	234
3.4.1. Tentativa perfeita (tentativa acabada ou crime falho)	234
3.4.2. Tentativa imperfeita (ou tentativa inacabada)	234
3.4.3. Tentativa branca (ou incruenta)	234
3.4.4. Tentativa vermelha (ou cruenta)	234
3.5. Infrações penais que não admitem tentativa	234
3.5.1. Contravenção penal	234
3.5.2. Crime culposo	235
3.5.3. Crime preterdoloso (ou preterintencional)	235
3.5.4. Crime omissivo próprio	235
3.5.5. Crime habitual	235
3.5.6. Crime unissubsistente	236
3.5.7. Crime condicionado à produção de um resultado	236
3.5.8. Crime de atentado (ou de empreendimento)	237
3.6. Punibilidade da tentativa no CP	237
3.7. Teorias relativas à punibilidade da tentativa	238
3.7.1. Teoria objetiva	238
3.7.2. Teoria subjetiva	238
3.8. Tentativa e dolo eventual	239

Capítulo XIX – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz

1. Considerações iniciais	241
2. Distinção e requisitos	242
3. Natureza jurídica	244
3.1. Causa de exclusão da adequação típica mediata	244
3.2. Causa de extinção da punibilidade	245

4. Consequência jurídica	245
5. Distinção entre desistência voluntária, arrependimento eficaz e tentativa	246
6. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e concurso de pessoas	246
6.1. Desistência voluntária ou arrependimento eficaz do autor	246
6.2. Desistência voluntária ou arrependimento eficaz do partícipe	247

Capítulo XX – Arrependimento Posterior

1. Considerações iniciais	251
2. Natureza jurídica	251
3. Requisitos	252
3.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa	252
3.2. Reparação do dano ou restituição da coisa	252
3.3. Voluntariedade	252
3.4. Limite temporal	253
4. Consequência jurídica	253
5. Relevância da reparação do dano	253
5.1. Reparação do dano no peculato culposo	254
5.2. Reparação do dano no peculato doloso	254
5.3. Reparação do dano na emissão dolosa de cheque sem fundos	254
5.4. Reparação do dano nas infrações penais de menor potencial ofensivo	255
5.5. Reparação do dano para efeito de <i>sursis</i> penal	255
5.6. Reparação do dano para efeito de livramento condicional	255
5.7. Reparação do dano para efeito de reabilitação	255
6. Comunicabilidade do arrependimento posterior	256

Capítulo XXI – Crime Impossível

1. Considerações iniciais	257
2. Espécies	258
2.1. Crime impossível por ineficácia absoluta do meio	258
2.2. Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto material	259
2.3. Crime impossível por obra do agente provocador (crime putativo por obra do agente provocador ou crime de ensaio ou de experiência)	259
3. Flagrante preparado (ou provocado), flagrante esperado e flagrante diferido	260
4. Teorias relativas à punibilidade do crime impossível	262
4.1. Teoria sintomática	262
4.2. Teoria subjetiva	262
4.3. Teoria objetiva	262
4.3.1. Teoria objetiva pura	262

4.3.2. Teoria objetiva temperada	262
5. Consequência jurídica	263

Capítulo XXII – Antijuridicidade

1. Considerações iniciais	265
2. Definição	265
3. Teoria dos elementos negativos do tipo	266
4. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material	267
5. Causas excludentes da antijuridicidade	267
5.1. Causas legais	267
5.2. Consentimento do ofendido como causa supralegal	268
6. Requisitos	269
6.1. Requisitos objetivos	269
6.2. Requisito subjetivo	269
7. Estado de necessidade	269
7.1. Definição e natureza jurídica	269
7.2. Requisitos objetivos	270
7.2.1. Perigo atual	270
7.2.2. Ameaça a direito próprio ou alheio	270
7.2.3. Inevitabilidade do sacrifício	270
7.2.4. Inexigibilidade do sacrifício do bem ameaçado	271
7.2.5. Perigo não provocado pela vontade do agente	271
7.2.6. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo	271
7.3. Requisito subjetivo	272
7.4. Teorias referentes à natureza jurídica do estado de necessidade	272
7.4.1. Teoria unitária	272
7.4.2. Teoria diferenciadora	272
7.5. Espécies de estado de necessidade	273
7.5.1. Estado de necessidade real	273
7.5.2. Estado de necessidade putativo	273
7.5.3. Estado de necessidade próprio	274
7.5.4. Estado de necessidade de terceiro	274
7.5.5. Estado de necessidade agressivo	274
7.5.6. Estado de necessidade defensivo	274
7.6. Estado de necessidade na Parte Especial do CP	274
8. Legítima defesa	274
8.1. Considerações iniciais	274
8.2. Definição	275
8.3. Requisitos objetivos	275
8.3.1. Agressão injusta	275
8.3.2. Agressão atual ou iminente	275
8.3.3. Direito próprio ou alheio	276
8.3.4. Meio necessário	276
8.3.5. Uso moderado	276
8.4. Requisito subjetivo	276

8.5. Desnecessidade de <i>commodus discessus</i>	276
8.6. Espécies de legítima defesa	277
8.6.1. Legítima defesa real	277
8.6.2. Legítima defesa putativa	277
8.6.3. Legítima defesa própria	277
8.6.4. Legítima defesa de terceiro	277
8.6.5. Legítima defesa sucessiva	278
8.7. Hipóteses diversas	278
8.7.1. Legítima defesa contra agressão injusta de inimputável	278
8.7.2. Legítima defesa real contra legítima defesa putativa	278
8.7.3. Legítima defesa putativa em favor de terceiro contra legítima defesa real	278
8.7.4. Legítima defesa contra excesso	279
8.7.5. Legítima defesa real contra legítima defesa real	279
8.7.6. Legítima defesa contra estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito	279
8.7.7. Legítima defesa contra agressão passada ou futura	279
8.7.8. Provocação de legítima defesa	279
9. Estrito cumprimento de dever legal	280
9.1. Definição e natureza jurídica	280
9.2. Requisitos	280
9.2.1. Requisitos objetivos	280
9.2.2. Requisito subjetivo	280
9.3. Exemplos de estrito cumprimento de dever legal	280
10. Exercício regular de direito	282
10.1. Definição e natureza jurídica	282
10.2. Requisitos	282
10.2.1. Requisitos objetivos	282
10.2.2. Requisito subjetivo	282
10.2.3. Exemplos de exercício regular de direito	282
11. Ofendículos	283
12. Excesso punível	283

Capítulo XXIII – Culpabilidade

1. Definição	285
2. Elementos	285
2.1. Imputabilidade	285
2.2. Potencial consciência da ilicitude do fato	286
2.3. Exigibilidade de conduta diversa	287
3. Evolução histórica da culpabilidade	288
3.1. Teoria psicológica	288
3.2. Teoria psicológico-normativa	288
3.3. Teoria normativa pura	289
4. Causas legais de exclusão da culpabilidade	289
5. Causa supralegal de exclusão da culpabilidade	290

6. Imputabilidade	292
6.1. Definição	292
6.2. Critérios de aferição da inimputabilidade	293
6.2.1. Sistema biológico (ou etiológico)	293
6.2.2. Sistema psicológico (ou psiquiátrico)	293
6.2.3. Sistema biopsicológico (ou misto)	293
6.3. Causas de exclusão da imputabilidade	293
6.3.1. Inimputabilidade por doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado	294
6.3.1.1. Requisitos	294
6.3.1.2. Prova da inimputabilidade	295
6.3.1.3. Natureza jurídica da sentença	296
6.3.1.4. Incapacidade civil e inimputabilidade penal	297
6.3.2. Inimputabilidade por menoridade penal	297
6.3.2.1. Definição	297
6.3.2.2. Sistema biológico	298
6.3.3. Inimputabilidade por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	298
6.3.3.1. Definição de embriaguez	298
6.3.3.2. Espécies	298
6.3.3.2.1. Embriaguez não acidental	299
6.3.3.2.2. Embriaguez acidental	299
6.3.3.2.3. Embriaguez patológica	299
6.3.3.2.4. Embriaguez preordenada	300
6.3.3.3. Consequências jurídicas	300
6.3.3.4. Teoria da <i>actio libera in causa</i>	301
6.3.3.5. Embriaguez na Lei nº 11.343/06	303
6.4. Semi-imputabilidade	304
6.4.1. Definição	304
6.4.2. Sistema vicariante	304
6.4.3. Requisitos	305
6.4.4. Natureza jurídica da sentença	305
6.4.5. Consequências jurídicas	306
6.5. Emoção e paixão	306
6.5.1. Definição	306
6.5.2. Emoção como fator de menor reprovação	307
6.5.3. Emoção, paixão e doença mental	308
7. Erro de Proibição	308
7.1. Definição	308
7.2. Desconhecimento da lei <i>versus</i> ausência de consciência da ilicitude	309
7.3. Espécies	311
7.3.1. Erro de proibição vencível, inescusável ou evitável	311
7.3.2. Erro de proibição invencível, escusável ou inevitável	311
7.3.3. Erro de proibição direto	312
7.3.4. Erro de proibição indireto (ou erro de permissão)	312
7.3.5. Erro mandamental	313
8. Coação moral irresistível	313

8.1. Definição	313
8.2. Natureza jurídica	314
9. Obediência hierárquica	314
9.1. Definição e natureza jurídica	314
9.2. Requisitos	315
9.2.1. Relação de subordinação	315
9.2.2. Relação decorrente de Direito Público	315
9.2.3. Ordem não manifestamente ilegal	316
9.2.4. Estrito cumprimento da ordem	317
9.3. Obediência hierárquica <i>versus</i> relação de Direito Privado	318

Capítulo XXIV – Concurso de Pessoas

1. Considerações iniciais	319
2. Classificação dos crimes quanto ao concurso de pessoas	320
2.1. Crime de concurso eventual (monossubjetivo ou unipessoal)	320
2.2. Crime de concurso necessário (plurissubjetivo ou pluripessoal)	321
3. Teorias relativas ao concurso de pessoas	322
3.1. Teoria unitária (ou monista)	322
3.2. Teoria dualista	322
3.3. Teoria pluralista	322
4. Requisitos para o concurso de pessoas	323
4.1. Pluralidade de pessoas	323
4.2. Relevância causal da colaboração de cada concorrente	323
4.3. Liame subjetivo	324
4.4. Homogeneidade de elemento subjetivo	324
4.5. Unidade de infração penal	324
5. Autoria	325
5.1. Definição e teorias	325
5.1.1. Teoria restritiva	325
5.1.2. Teoria extensiva	325
5.1.3. Teoria do domínio final do fato	325
5.2. Autor executor (ou direto)	326
5.3. Autor intelectual	326
5.4. Autor mediato (ou indireto)	326
6. Espécies de concurso de pessoas	328
6.1. Coautoria	328
6.1.1. Definição	328
6.1.2. Coautoria executiva	328
6.1.3. Coautoria funcional	328
6.1.4. Coautoria sucessiva	328
6.2. Participação	329
6.2.1. Definição	329
6.2.2. Natureza jurídica	329
6.2.3. Momento da participação	329
6.2.4. Espécies	330

6.2.4.1. Participação moral	330
6.2.4.1.1. Participação moral por induzimento	330
6.2.4.1.2. Participação moral por instigação	330
6.2.4.2. Participação material (ou auxílio material)	331
6.2.5. Teorias da acessoriedade	331
6.2.5.1. Teoria da acessoriedade mínima	331
6.2.5.2. Teoria da acessoriedade limitada	331
6.2.5.3. Teoria da acessoriedade máxima	332
6.2.5.4. Teoria da hiperacessoriedade	332
6.2.6. Participação sucessiva	332
6.2.7. Participação em cadeia	333
6.2.8. Participação de menor importância	333
6.2.9. Participação impunível	333
7. Cooperação dolosamente distinta (ou desvio subjetivo de condutas)	333
8. Concurso de pessoas em crime omissivo	334
8.1. Participação por ação em crime omissivo próprio	335
8.2. Participação por ação em crime omissivo impróprio	335
8.3. Coautoria em crime omissivo próprio	335
8.4. Coautoria por omissão imprópria	336
9. Concurso de pessoas em crime culposo	337
10. Concurso de pessoas, desistência voluntária e arrependimento eficaz	338
11. Casos não caracterizadores de concurso de pessoas	338
11.1. Participação negativa (ou conivência)	339
11.2. Autoria colateral	339
11.3. Autoria incerta	339
12. Circunstâncias incommunicáveis	339
12.1. A regra do art. 30 do CP e o crime de infanticídio	341
Bibliografia	343